

-----ATA N.º 01/2017-----

---Aos vinte dia do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, reuniu-se em Assembleia Ordinária, nas instalações da União das Freguesias de Faro (Sé e São Pedro), situada na Rua Reitor Teixeira Guedes, n.º 2 desta cidade, a Assembleia de Freguesia, convocada em sete do mês de dezembro de dois mil e dezassete, pelo Excelentíssimo senhor Presidente, Joaquim Eduardo Gonçalves Teixeira, nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 11º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

---- O senhor Presidente da Assembleia começou por ler resumidamente o expediente remetido ao seu cuidado e, procedeu à leitura de um pedido de substituição formulado pelo membro Fernando Dourado de Almeida, da bancada do P.S., o qual foi substituído pelo membro André Faria da Cruz Teixeira. -----

----- À hora de início dos trabalhos estavam presentes os dezanove membros eleitos na reunião de Assembleia, nomeadamente: PSD- Michael Ferrada; Ezequiel Canário, Luciano Santos, Paulo Botelho; Delmira Silva; Luís Gabadinho e Maria João Ribeiro. PS- Joaquim Teixeira, Sandra Teixeira, Adérito Silva, Ana Rita Tomé, Guilherme Portada; Ana Santos; Leonel Morgadinho e André Teixeira. CDS-PP – Armanda Leal e Tiago Gameiro. CDU – Rui Ribeiro. BE – Joaquim Gomes. -----

----- Ato contínuo, o senhor Presidente da Assembleia apresentou a ordem de trabalhos:-----

----- 1 - Período antes da ordem do dia;-----

----- 2 - Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público;-----

----- 3 -Discussão e votação do regimento da Assembleia de Freguesia e da União de Freguesias de Faro;-----

----- 4 - Verificação da conformidade dos requisitos do exercício de funções a meio tempo de dois vogais do executivo; -----

----- 5 - Discussão e votação dos documentos previsionais para o ano de dois mil e dezoito – grandes opções do plano e orçamento. -----

----De seguida, o presidente declarou formalmente a entrada no ponto um da ordem de trabalhos e mencionou a existência de três moções a serem apresentadas, duas pertencentes ao Partido Social Democrata (PSD) e uma pertencente à Coligação Democrática Unitária (CDU). ----

----- A primeira moção foi apresentada pela Bancada do PSD referente à construção do Hospital Central do Algarve, apresentada pelo membro Luís Gabadinho. Antes da apresentação da

---

mesma, o membro Guilherme Portada (PS), pediu a palavra para questionar o Presidente da Assembleia de Freguesia sobre a não apresentação do relatório da informação escrita do Presidente do Executivo acerca das atividades realizadas pela União de Freguesias, pois o PS pretende ser informado dos trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos na Junta de Freguesia de Faro após a nova tomada de posse. -----

-----Após justificação do Presidente da Assembleia, alegando que não considerou pertinente a colocação deste ponto da ordem de trabalhos em virtude do novo executivo ter pouco mais de um mês de trabalho, foi apresentada pela bancada do PSD a moção "**Pela Construção Urgente do Hospital Central do Algarve**" (Anexo I)-----

-----Após a apresentação da moção, o Presidente da Assembleia abriu um período de discussão da mesma, tendo-se inscrito o membro Leonel Morgadinho (PS) referindo que os partidos oponentes não receberam a mesma e que como tal não deveria ser aceite. Após uma troca de considerações por parte das bancadas as moções foram aceites para discussão, tendo ficado estabelecido que será formada uma comissão que se poderá discutir os seus moldes no ponto 4 desta reunião.-----

O membro Luís Gabadinho também fez uso da palavra referindo que são evidentes os escassos recursos destinados à região do Algarve e os inúmeros problemas de saúde que, na presente área geográfica, se prolongam ano após ano sem que lhes seja dada a atenção devida. O Hospital de Faro não possui os especialistas suficientes para colmatar as necessidades da população existindo, assim, uma enorme lista de espera e utentes que procuram ajuda em hospitais privados.-----

-----De acordo com os dados fornecidos pelo referido membro, o atraso da construção do hospital central do Algarve prevista para o ano de dois mil e com a criação do curso de Medicina na Universidade do Algarve, torna-se imprescindível a construção de um novo hospital universitário capacitado de forma a dar resposta à Faculdade, aos utentes da região, ao país e às pessoas de outros países que nos visitam. -----

A moção foi submetida a votação, sendo aprovada e obteve-se o seguinte resultado:-----

Votos contra: 4 (quatro) votos do Partido Socialista;-----

Abstenções: 4 (quatro) votos do Partido Socialista, 1(um) da CDU;-----

Votos a favor: 10 (dez) votos. 7 (Sete) do PSD, 2 (dois) do CDS; 1(um) do BE-----

De seguida foi dada à Bancada do Partido Social Democrata a oportunidade de apresentação da segunda moção: **Por uma via do Infante Livre de Portagens** (Anexo II)-----

Tomou palavra o membro Paulo Botelho, referindo o seu profundo desagrado pelo elevado valor das portagens na via do Infante. Como resultado, não considera que a atual política de

portagens seja uma inevitabilidade, mas considera um dever alertar e sensibilizar o Governo para rever a decisão, assim, o Grupo Parlamentar do PSD expressa a vontade da extinção definitiva das portagens, ou redução das mesmas. -----

A moção foi submetida a votação e foi aprovada com a seguinte votação:-----

Votos contra: 1 (um) voto da CDU;-----

Abstenções: 7 (sete) votos do PS;-----

Votos a favor: 10 (dez) votos - 7 (Sete) do PSD, 2 (dois) do CDS; 1 (um) do BE -----

----- Ato contínuo foi dada a oportunidade à bancada exponente (Bancada da CDU) para apresentação da terceira moção: **Insatisfação e Preocupação pela Insuficiência de Verbas que o Orçamento Municipal se propõe atribuir nas transferências para as freguesias (Anexo III).** -----

O membro da CDU, Rui Ribeiro manifestou a sua insatisfação e preocupação pelos baixos valores aprovados nas transferências para as freguesias (181 000 euros), tanto em despesas correntes como em despesas de capital. Manifesta o seu interesse em dar conhecimento desta moção, aquando da sua aprovação, à Câmara Municipal de Faro, à Assembleia Municipal de Faro, às restantes Juntas e Assembleias de Freguesia do concelho de Faro e aos órgãos de Comunicação Social. -----

A moção foi submetida a votação e foi aprovada com a seguinte resultado:-----

----- Votos contra – 0 (zero) voto;-----

----- Abstenções - 8 (oito) votos do PS;-----

----- Votos a favor – 10 (dez) votos-7 (sete) do PSD, 2 (dois) do CDS e 1 (um) do CDU;-----

----- **Ponto dois:** - O senhor presidente da Assembleia abriu o período de **intervenção e esclarecimento ao público** nos termos regimentais onde o senhor Florêncio Vargues tendo referido o mau estado da estrada que liga a localidade de Mar e Guerra ao Patacão. O Presidente do Executivo teve a oportunidade de esclarecer que a obra de requalificação do pavimento desta estrada é da responsabilidade do Município de Faro e que a mesma está prevista no orçamento, sendo espectável que a mesma arranque no primeiro semestre de 2018.

-----**Ponto três** : Discussão e votação do regimento da Assembleia de freguesia e da União de Freguesias de Faro



Foi nomeada uma Comissão com um elemento de cada bancada para a elaboração/revisão do regimento da Assembleia de Freguesia. Cada bancada ficou de identificar qual o elemento que irá fazer parte da referida comissão.-----

---- **Ponto quatro:** - Verificação da conformidade dos requisitos do exercício de funções a meio tempo de 2 Vogais do Executivo.-----

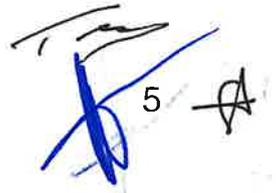
Foi verificada a conformidade dos requisitos pelas várias bancadas tendo o presidente da Assembleia concluído que os valores orçamentados apresentados estavam dentro das previsões orçamentais.-----

----**Ponto cinco:** Discussão e votação dos documentos previsionais 2018 – grandes opções do plano e orçamento-----

Seguidamente passou-se para o último ponto da ordem de trabalhos, onde o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente do Executivo e à senhora Tesoureira para apresentarem a documentação referente aos documentos previsionais para o ano 2018 – Grandes Opções do Plano e Orçamento:-----

O presidente Bruno Lage, fazendo uso da palavra para apresentar as Opções do Plano referiu como nota introdutória que as freguesias têm contribuído ao longo de mais de 40 anos, de poder local democrático, para o desenvolvimento regional, para o combate às assimetrias, para o progresso e desenvolvimento dos territórios e para o apoio sócio-cultural às populações locais. Assim, de forma a ir de encontro a estes princípios, as opções do plano apresentadas a esta Assembleia de Freguesia estão assentes em seis linhas orientadoras que são elas: Administração e Representações da União de Freguesias; Ação Social e Saúde; Cidadania e Coesão Territorial; Ambiente e Sustentabilidade; Cultura, Desporto e Tempos Livres; Ensino Básico (1º Ciclo) e Infraestruturas e Equipamentos.-----

Para estas seis linhas orientadoras o presidente apresentou as principais ideias a desenvolver ao longo do ano de dois mil e dezoito, concluindo que o valor global do orçamento para o ano de dois mil e dezoito é de setecentos e vinte e quatro mil seiscentos e quarenta e dois euros (724.642€).-----



Seguidamente o presidente deu a palavra à tesoureira Elisabete Vargues para explicar mais detalhadamente os quadros que compõem o orçamento referindo que ao nível da receita as regras provisionais contidas no ponto 3.3 do POCAL e os dados disponíveis relativos ao ano de 2017 que agora termina, assim como o histórico dos anos anteriores (2015 e 2016), serviram de base para o cálculo das Receitas do ano de 2018. Assim, as despesas e receitas que agora se apresentam têm por base, não só o histórico do que aconteceu nos anos passados, como a sua adequação aos projetos que pretendemos levar a cabo no ano de 2018.-----

A fim de permitir uma melhor clarificação dos dados existentes no documento, a Sra. Tesoureira passou a fazer uma breve explicação da forma como foram encontrados os dados existentes no documento.-----

Impostos indiretos – Tal como prevê a Lei 73/2013, a receita das freguesias respeita a 100% da receita do IMI rústico e 1% do IMI Urbano sobre os imóveis existentes na área da freguesia. Este valor prevê-se que seja de 135.000,00€ no ano de 2018. Este valor foi encontrado no seguimento do valor orçamentado para o presente ano de 2017, conjuntamente com o valor efetivamente recebido até fim de outubro de 2017 (86.792, 90€).-----

Receitas próprias – as receitas próprias da União de Freguesias são produto da cobrança de taxas provenientes da prestação de serviços, tais como taxas de mercados e feiras, registo e licenciamento de caniços, emissão de atestados, certidões e outros atos administrativos. Este indicador foi encontrado, mais uma vez, tendo por referencia os valores orçamentados no ano que agora termina, assim como os valores efetivamente recebidos até a elaboração deste documento.-----

Receitas da administração central – o orçamento do Estado de 2018, contempla que o valor a receber pela União de Freguesia de Faro, no âmbito do Fundo de Financiamento de Freguesias seja de 363.922€. A este valor acresce o de 37.000€, no âmbito do Novo Estatuto Remuneratório dos eleitos locais. As transferências do Esato para esta autarquia contemplam ainda, valores no âmbito do recenseamento eleitoral.-----

Receitas da Administração Local – No âmbito do protocolo celebrado entre a União Freguesias de Faro e a Câmara Municipal de Faro, no que concerne ao Acordo de Execução de Delegação de Competências para a reparação de Estabelecimentos Escolares e Manutenção dos Espaços



envolventes, assim como de Manutenção, Reparação e Substituição do Mobiliário Urbano, prevê-se o encaixe duma verba de 27.500€.

Seguidamente, a Senhora Tesoureira, referiu que após verificação dos valores da receita, procede à explanação do orçamento da despesa e que estas dividem-se em Despesas Correntes e Despesas de Capital. As despesas correntes desdobram-se em Despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e transferências correntes. As Despesas de Capital apresentam-se com a designação de Investimentos – que se destinam a aquisição de material, reparação de equipamentos e ferramentas – e Transferência de Capital. Considerando a classificação orgânica da Direção Geral de Autarquias Locais, assente na Lei nº 169/99 de 18 de setembro, que estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos municípios e das freguesias, e que foi objeto das alterações pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, o presente documento foi elaborado tendo em conta as seguintes definições:

- Despesas com o pessoal – Neste agrupamento consideram-se as remunerações principais, abonos acessórios e de compensação que, necessariamente, requeiram processamento nominalmente individualizado e que, de forma transitória ou permanente, sejam satisfeitos aos seus funcionários, assim como indivíduos que exerçam funções em regime de avença ou tarefa. Os compromissos enquanto entidade patronal, entram, também nesta rúbrica. Nesta autarquia o valor ascende a 239.200€ ( o que equivale a 40% do orçamento total).

- Aquisição de bens e serviços – Reflete-se, neste indicador as despesas correntes necessárias ao funcionamento dos serviços, à manutenção dos bens próprios e/ou resultantes das atribuições próprias ou delegadas à União de Freguesias. Os valores patentes em sede de orçamento para esta rúbrica são de 287.342€ (40% do valor total do Orçamento).

Transferências correntes – A rúbrica de transferências correntes apresenta um valor de 30.600€, na qual estão contabilizadas as importâncias a entregar a movimentos associativos e atribuições de verbas a famílias.

Após a explanação, o Presidente da Assembleia abriu um período de debate, onde todas as bancadas tiveram a oportunidade de tecer várias considerações sobre o documento em causa.

Tomou a palavra o membro Paulo Botelho, referindo que este é um orçamento que honra os compromissos assumidos no passado pelo executivo cessante e implementa uma nova visão para esta União de Freguesias baseada em 3 grandes pilares: Proximidade dos cidadãos, pró atividade da União e governação integrada /uma valorização de parcerias, revitalizando desta forma a relação entre este órgão autárquico, os seus fregueses e a sociedade civil. No que diz respeito às principais linhas orientadoras deste orçamento: A nível administrativo este orçamento prevê uma reorganização de todos os serviços da União de Freguesias, com o objetivo de fazer uma gestão mais criteriosa e eficiente dos recursos financeiros e humanos, de modo a melhorar a qualidade dos serviços prestados e abranger um maior número de fregueses. A nível da representação da União de Freguesias de Faro, este orçamento reforça a descentralização dos serviços com a continuidade de uma delegação itinerante com o objetivo de minimizar os impactos negativos da localização periférica de alguns núcleos habitacionais como são os casos do Patacão, Areal Gordo, Ilha da Culatra e Hangares, revitalizando a relação entre a União de Freguesias e todos os fregueses. Este orçamento pretende ainda fomentar e valorizar a entidade deste território, do seu património material e imaterial, promovendo ações de sensibilização patrimonial junto da população e assumindo um papel proactivo de intervenção junto dos órgão competentes, nomeadamente a Câmara Municipal de Faro, de forma a defender, preservar e valorizar o património existente nesta união de freguesias. Paralelamente dirige-se os esforços para uma abordagem assente na colaboração, na transversalidade e em parcerias que envolvem os diferentes atores da sociedade civil e organismos públicos integrando diferentes comissões, grupos de trabalho e demais fóruns. Na área da ação social, acompanhando o seguimento da política de proximidade, este orçamento pretende reformular e reforçar os canais de comunicação entre a junta e a população, de modo a divulgar mais eficazmente a respostas sociais existentes no concelho, com especial interesse em responder aos diversos desafios e problemas sociais complexos identificados nos territórios mais vulneráveis. Manter e reforçar parcerias com entidades com responsabilidade social, públicas e privadas, que dirijam a sua ação para melhoria das condições de vida dos fregueses, é igualmente uma das metas a atingir bem como promover uma cidadania ativa, desenvolvendo

iniciativas de cariz social, assentes no aproveitamento das sinergias entre sociedade civil e a União de Freguesias, nomeadamente: loja social e o programa "Junta Amiga". Na área da saúde continuar consultas de medicina dentária, clinica geral, enfermagem, nutrição, fisioterapia, psicologia clinica, terapia da fala e acupuntura para a comunidade. Promover ações de sensibilização e consciencialização dos fregueses para a adoção de hábitos de vida saudáveis, ao nível da cidadania e coesão territorial. Nesta matéria, sublinha-se a potencialização de participação real dos cidadãos para solução dos problemas, designadamente através de uma boa utilização dos recursos e da sua otimização efetiva. A titulo de exemplo, a renovação da estratégia de comunicação entre a junta e os seus fregueses – imagem e canais de comunicação (pagina de internet), tendo esta de ser permanente e multidirecional. Dar continuidade a iniciativa do orçamento aplicativo como forma de mobilização dos cidadãos para uma cultura de responsabilidade e intervenção no espaço público. A nível cultural, este executivo assume a cultura como elemento fulcral de ligação entre os fregueses e a sua União de Freguesias. Pretende promover a afirmação da identidade cultural da nossa União de Freguesias, a sua história e a suas tradições, através da revitalização e dinamização de um conjunto de eventos socioculturais fortemente enraizados na sociedade Fareense. Com isto, pretende-se resgatar a identidade perdida no tempo, um orgulho de pertencer a esta união de Freguesias de Faro, aquele sentimento bairrista que nos enche de orgulho. Para além dos eventos realizados nos últimos anos, este executivo pretende implementar as noites de Rua Cheia e o Dia do Vizinho, entre outros. Para recuperar um passado perdido, muitas vezes é necessário ir às suas raízes para isso este executivo irá promover um conjunto de conferências designadas Fórum Pensar Faro no qual se pretende discutir o passado, o presente e o futuro da nossa cidade. A nível desportivo, este orçamento reforça as parcerias com a diferentes coletividades, clubes e associações desportivas existentes na União de Freguesias, procurando promover eventos desportivos e de ocupação de tempo livres e implementar novos eventos, tais como: corrida de orientação da União de Freguesias aliando o Desporto à Cultura. Este é essencialmente um orçamento de compromisso entre o passado e o presente com os olhos no futuro.-----

Colocado este ponto à votação, obteve-se o seguinte resultado.-----

-----Votos contra: Zero;-----

-----Abstenções: Dez. Oito da bancada do PS, 1 da CDU e 1 do BE;-----

-----Votos a Favor: Nove. Sete da bancada do PSD e dois da bancada do CDS.-----

-----Pelo que o ponto foi aprovado por maioria.-----

----- E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que, depois de aprovada, será assinada pelos membros da Mesa.-----

**ANEXO:**

1. **Moção**
2. **Moção "Por uma via do Infante Livre de Portagens"**
3. **Moção "Insatisfação e Preocupação pela Insuficiência de Verbas que o Orçamento Municipal se propõe atribuir nas transferências para as freguesias"**
4. **Documentos previsionais 2018 - grandes opções *do plano e orçamento*.**
5. **Documentos previsionais para o ano 2018 – Grandes Opções do Plano**
6. **Gravação da reunião da Assembleia de Freguesia**

**Presidente - Joaquim Eduardo Gonçalves Teixeira**



**1º Secretário** – Michael Salvador Ferrada



**2º Secretário** - Sandra Maria Barão Teixeira





Handwritten text, possibly a signature or a note, located below the sketch.